

Comentários sobre a brochura de Frédéric Antonini “Pour une économie libertaire. – Pistes de réflexion”.

A Editions Nada acaba de republicar um pequeno livro de Frédéric Antonini que havia escapado de minha atenção em 2019, *Pour une économie libertaire – Pistes de réflexions*.

Falar sobre economia libertária é uma tarefa complicada porque há um risco constante de oscilar entre a utopia (como gostaríamos que as coisas fossem) e evocar o exemplo espanhol da guerra civil. Ele não pretende oferecer um programa definitivo, mas sim abrir caminhos para a reflexão. Mas esses caminhos estão ancorados na realidade que vivemos hoje.

"Essas propostas parecem mais do que necessárias hoje, nestes tempos de um futuro obscurecido não apenas pela deterioração das condições de vida de tantos seres humanos, mas também, e acima de tudo, pela lenta erosão das condições de esperança de uma vida melhor para todos. É hora de descobrir “o que realmente precisamos para substituir este mundo destrutivo e sua economia fundamentalmente predatória”. Ao perguntar “o que realmente precisa ser substituído”, o autor quer dizer que nem tudo precisa ser destruído?

Antonini define uma economia libertária como “uma economia cujas relações humanas, estruturas e operações estão imbuídas dos grandes valores e princípios que o anarquismo preza. Entre eles, cinco parecem fundamentais: liberdade ou autodeterminação, igualdade, responsabilidade, cooperação social ou ajuda mútua, justiça social”.

A economia libertária só pode ser concebida em uma sociedade global imbuída dos mesmos valores. Acrescentemos que a busca de uma vida boa para todos é impossível em uma sociedade fundada na perpetuação de relações de dominação. A busca de uma vida boa significa viver em uma sociedade e uma economia cujas estruturas e funcionamento permitam que todos os indivíduos desenvolvam seu potencial.

A igualdade não se limita à igualdade de direitos e deveres: é a “equivalência de situações”, de modo que os membros de uma sociedade “se considerem iguais para além das diferenças em suas situações” – grifo nosso -, o que sugere que não estamos lidando com uma igualdade espartana: essa igualdade “também pressupõe que as diferenças nas situações sejam suficientemente medidas para que não possam dar origem a diferenças percebidas como desigualdades”. Portanto, entendemos que a economia libertária prevista por Antonini não implica uma absoluta uniformidade de salários (ou subsídios ao consumo, se preferirmos falar da abolição do trabalho assalariado).

Proudhon também não achava que a igualdade absoluta de salários seria possível, mas que seria uma tendência: “As estatísticas sendo organizadas dessa forma, as retificações não demorarão a chegar. Provavelmente nunca teremos igualdade absoluta; mas, por uma série de oscilações cuja amplitude diminuirá cada vez mais, nos aproximaremos gradualmente dela; e a igualdade aproximada logo será um fato.” (*Teoria da propriedade*)

É verdade que esse problema não surge para os anarquistas inspirados em Kropotkin, para quem cada pessoa consumirá “de acordo com suas necessidades”, uma expressão muito vaga na medida em que as

necessidades são um conceito eminentemente subjetivo. É também uma expressão bastante prejudicial na medida em que as necessidades individuais representam apenas parte das necessidades de uma pessoa em relação às necessidades coletivas – saúde, educação, moradia, produção de água, gás, eletricidade, transporte e assim por diante.

Assim, Antonini nos diz que a economia libertária se opõe a “qualquer excesso de diferenças de riqueza”, mas também a “todas as formas de enriquecimento com causa, porque elas minam diretamente a igualdade socioeconômica” e os valores fundamentais do anarquismo. Tenho que admitir que, quando li “discrepâncias de enriquecimento”, fiquei um pouco rígido em minha cadeira. Por “enriquecimento injusto”, Antonini quer dizer “qualquer enriquecimento que não seja consequência do trabalho ou de pertencer à sociedade humana”.

Confesso que não entendo que enriquecimento estaria ligado a “pertencer à sociedade humana”; quanto ao resto, “enriquecimento” ligado ao trabalho lembra muito o (falso) debate entre coletivistas bakuninianos e anarquistas comunistas inspirados em Kropotkin.

Então, do que se trata? Os militantes da Internacional antiautoritária, com o Bakunin, definiam-se como “coletivistas” (em vez de “anarquistas”) e baseavam sua política na ideia de que cada trabalhador seria remunerado de acordo com seu trabalho. Esse princípio era direcionado contra os parasitas sociais que não trabalhavam, mas alguns anarquistas fingiam entender que isso excluía todos os membros da classe trabalhadora que não trabalhavam estritamente: filhos, esposas, doentes, idosos, o que obviamente não era o caso, como uma leitura de Bakunin mostra sem ambiguidade. Kropotkin, e com ele os anarquistas comunistas, introduziu a ideia de que todos deveriam poder consumir de acordo com suas necessidades. Kropotkin inventou a ideia calamitosa de “tirar da pilha”, que quase todo mundo interpretou como uma situação de abundância em que todos poderiam se servir como quisessem. Era possível imaginar essa situação em um futuro muito distante, o que implicava um desenvolvimento muito significativo das forças produtivas e uma produtividade muito alta do trabalho. Kropotkin estava, sem dúvida, ciente disso, já que a fórmula exata, cuja segunda parte foi omitida pela maioria dos militantes, era: “tirar o que é abundante da pilha, racionar o que não é”...

De fato, Antonini levanta a questão (que é quase insolúvel no estado atual do debate dentro do movimento libertário) da remuneração do trabalho em uma sociedade libertária. Antonini, em uma sociedade libertária, rejeita a visão dogmática de que “todos recebem o mesmo salário como trabalhadores”. Ele previa a possibilidade de diferenças de renda, desde que elas não levassem à “dominação lucrativa”. O problema que ele levanta é muito real, porque em debates públicos somos frequentemente confrontados com perguntas como: “Mas então, um operário de fábrica e um cirurgião receberão o mesmo salário?” Um ativista que responde sim a essa pergunta é inevitavelmente rotulado de irrealista e deixa de ser levado a sério. No entanto, há motivos que justificam dizer “sim” a essa pergunta, desde que consideremos a aplicação desse princípio ao longo do tempo. Levará muito, muito tempo para conseguir isso.

E Bakunin fornece a resposta.

Com relação às pessoas que estudam e fazem trabalho intelectual, ele diz que “o trabalho intelectual é um trabalho acolhedor que tem sua recompensa em si mesmo e que não precisa de outra remuneração”. Ele acrescenta:

“Muitas vezes acontece que um operário altamente inteligente é forçado a permanecer em silêncio diante de um tolo erudito que o espanca, não por causa de sua mente, que ele não tem, mas por causa de sua educação, da qual o trabalhador é privado, e que ele mesmo foi capaz de receber, porque, enquanto sua tolice estava sendo cientificamente desenvolvida nas escolas, o trabalho do operário o vestiu, o abrigou, o alimentou e lhe forneceu todas as coisas, professores e livros, necessários para sua educação.” (“L’instruction intégrale”)

Sem chegar ao ponto de dizer que as pessoas que estudam são tolas (bem, nem todas), Bakunin explica que “enquanto alguns estudam, outros trabalham para produzir os objetos necessários para a vida, primeiramente para si mesmos e, depois, também para as pessoas que se dedicaram “exclusivamente às obras do intelecto”, porque o trabalho deste último “amplia o espírito humano”.

A ideia que emerge disso é que uma economia libertária seria aquela em que todas as atividades humanas são consideradas integradas em um todo solidário e que, se as diferenças de renda podem ser consideradas, elas não devem levar à “dominação lucrativa”. Uma equalização não hierárquica de rendas é um objetivo teoricamente desejável, mas essa ideia vai tão longe contra os preconceitos enraizados na população que, sem dúvida, levará gerações para ser efetivamente aplicada.

Eu acrescentaria com Antonini que acumular dinheiro ou qualquer outra forma de sinal de riqueza em um regime que aboliu a propriedade privada dos meios de produção não faria muito sentido. O problema é que Antonini não abole, estritamente falando, a propriedade dos meios de produção...

De fato, o capítulo sobre propriedade é um dos mais interessantes do pequeno livro: desde o início, Antonini nos diz que “a sociedade libertária reconhece a existência da propriedade privada”, mas dentro de limites que considera aceitáveis. Em outras palavras, é a “sociedade”, ou seja, “o povo” (cidadãos? trabalhadores?) que definirá até onde a propriedade pode ir. O autor considera necessário especificar que, “em primeiro lugar, cada pessoa é obviamente livre para possuir propriedade pessoal”. Isso é óbvio, mas provavelmente precisa ficar claro: eu não gostaria que minha escova de dentes fosse coletivizada.

O restante do texto revela uma influência claramente proudhoniana, assim como todo o folheto. A sociedade e a economia libertárias não rejeitam a propriedade privada dos meios de produção, ou seja, do capital que possibilita a atividade produtiva regular. Em outras palavras, elas não excluem a existência da iniciativa privada”.

Antonini ressalta, entretanto, que a “propriedade produtiva” não é um conjunto de direitos tão amplo quanto nas sociedades capitalistas. Além da propriedade pessoal, o autor distingue entre propriedade produtiva e propriedade real. Essas duas últimas se livrarão de uma série de abusos. Entendemos que as pessoas poderão manter a propriedade de suas casas, mas o que não foi dito é: elas poderão adquirir a propriedade de uma casa?

De maneira muito proudhoniana, Antonini, fala contra os abusos da propriedade. De acordo com ele, “o principal abuso da propriedade (...) é que ela pode dar origem a uma remuneração por si mesma, ou seja, em virtude de sua mera posse”. Parece-me que isso não está redigido de forma muito clara, mas entende-se que não é permitido obter renda com o aluguel de uma propriedade.

Muitas vezes, as coisas são ditas de forma indireta, o que torna o ponto difícil de entender. Um exemplo:

“O fato de a propriedade não ter fins lucrativos não significa, entretanto, que não haja renda proveniente de sua posse, empréstimo ou alienação. A possível perda de valor e a renúncia ao uso podem, sob certas condições, ser compensadas. Por exemplo, a renda não gasta na forma de poupança pode ser remunerada de modo a manter seu poder de compra.”

Quando a propriedade de um imóvel permite que você obtenha uma renda a partir de seu “empréstimo”, parece-me que isso é chamado de “aluguel”. Da mesma forma, quando uma renda é derivada de sua “transferência”, isso é chamado de venda. Na sociedade libertária de Antonini, eu poderia simplesmente alugar ou vender meu apartamento ou minha casa.

Em segundo lugar, não entendo o que significa “perda de valor” ou “renúncia de uso” de um bem. Se meu apartamento “perder valor” (incêndio, inundação, etc.), será preciso descobrir a causa e, então, talvez seja necessário fazer um seguro ou alguma outra forma de compensação. Se eu “ceder o uso” do meu apartamento, é porque eu o doei e não há necessidade de indenização, ou porque eu o vendi e o produto da venda é, por si só, uma indenização.

Por fim, Antonini prevê a possibilidade de remunerar as poupanças das pessoas para manter seu poder de compra – e podemos supor que o que ele tem em mente são pequenos poupadores, não aqueles que se envolvem em especulação financeira maciça. Além disso, manter o poder de compra de uma categoria da população – poupadores (e outros?) – significa inflação e, portanto, dinheiro. Com relação a esses poucos pontos, é de se temer que o autor esteja se afastando da abordagem libertária, ou então ele precisaria esclarecer consideravelmente seu pensamento.

Antonini nos diz que a transmissão da propriedade não pode dar origem ao enriquecimento e que a “transmissão a título oneroso” (a venda, em resumo) da propriedade por seu proprietário “não pode lhe trazer de volta mais do que lhe custou”, em outras palavras, o valor de sua aquisição e as despesas incorridas durante a posse.

Proudhon abordou todas essas questões durante a revolução de 1848. Em resumo, ele previu uma espécie de compromisso entre inquilinos e proprietários: os inquilinos pagariam aluguel aos proprietários até que as somas pagas correspondessem ao valor da moradia, após o que a moradia se tornaria propriedade do inquilino. Em outras palavras, o aluguel não constituía uma anuidade indefinida para o proprietário.

Depois que os inquilinos pagavam aos proprietários o valor das casas, elas eram municipalizadas e sua manutenção era de responsabilidade da cidade – em outras palavras, o inquilino pagava ao proprietário por sua casa, em benefício do município... Se houvesse necessidade de trabalho, as “empresas de trabalhadores”, uma espécie de associação de trabalhadores da construção civil, eram chamadas.

Antonini, por sua vez, introduziu a noção de “obrigação de uso”: “a ausência duradoura de uso de uma propriedade transferida resulta na extinção da propriedade”: estamos obviamente pensando nas inúmeras moradias desocupadas que os proprietários não ocupam, muitas vezes por anos. “A propriedade é então entregue à sociedade”, diz Antonini, ressaltando que esses esquemas já existem em muitos países.

Um “programa de transição”?

Na sociedade libertária, como Antonini a vê, há um “pluralismo produtivo”. Aqui, novamente, encontramos o rastro de Proudhon (intencionalmente ou não, eu não sei). A economia libertária é “essencialmente pluralista”, ela admite “a diversidade de formas de produção, de formas de distribuição e distribuição, bem como de formas de consumo, na medida em que todas elas respeitem os valores e princípios fundamentais do anarquismo”. Em outras palavras, organizações produtivas sem proprietários e com proprietários coexistirão, assim como aquelas com objetivos de mercado e não mercantis. Estamos esperando que o autor explique como tudo isso “respeita os valores e princípios fundamentais do anarquismo”...

Ao contrário da crença popular, Proudhon não era um defensor fanático das pequenas empresas. Ele estava simplesmente dizendo que os proprietários de pequenas oficinas industriais, que empregavam um ou dois trabalhadores que não viviam de forma muito diferente de seus patrões, eram caracterizados por uma fraca divisão do trabalho e que seriam varridos pela evolução do sistema industrial.

De acordo com Antonini, haverá três tipos de empresa:

- Empresas coletivas, de propriedade e gerenciadas por seus próprios trabalhadores.
- Empresas coletivas de interesse público, nas quais a “sociedade” é representada por vários atores: consumidores, residentes locais, etc., ou “instituições que emanam da sociedade como um todo”.
- Empresas individuais: uma empresa individual é uma empresa pertencente e gerenciada por um único proprietário. Se uma empresa individual emprega mais de um funcionário, ela é considerada uma empresa coletiva.

Vamos fazer um *a parte*: essa expressão, “toda a empresa”, aparece com frequência e devo dizer que é bastante irritante. Lemos que a remuneração será validada “pela própria empresa” (pág. 26). Que esta ou aquela decisão será tomada por instituições que emanam da sociedade como um todo” (pág. 31). Que outras escolhas serão definidas “por padrão pela empresa” (p. 38). Que o piso de remuneração é “limitado pela empresa”. “A empresa determina o nível de alocação...”. (p. 46). E assim por diante.

O que é essa “sociedade como um todo”? Você poderia dizer que é o estado. Ou a federação de municípios. Entendemos que se trata de um órgão global que “supervisiona” todas as instituições envolvidas na autogestão da sociedade. Mas seria interessante saber do que é feita essa instituição e como ela é organizada.

“A economia libertária é uma economia autogerenciável em uma sociedade autogerenciável”, diz o autor; quanto às orientações globais, “macroeconômicas”, elas são determinadas em um ‘nível mais social’. O que é esse “nível societal”? É uma formulação vaga. É interessante ver que essas orientações globais (“escolhas econômicas e extraeconômicas”) serão “*impostas* a todas ou parte das organizações produtivas”.

Vamos lembrar de algo que é frequentemente ignorado no movimento anarquista: Proudhon e Bakunin eram a favor da descentralização em questões políticas e da centralização em questões econômicas. Em outras

palavras, a descentralização do processo de tomada de decisão com relação aos rumos gerais da sociedade e a centralização da maneira pela qual as decisões são implementadas.

Para Antonini, as “organizações produtivas”, em outras palavras, as empresas, terão um relacionamento com a “sociedade” baseado no federalismo e na subsidiariedade. Em suma, as empresas terão autonomia de ação dentro dos limites de suas atribuições. A “sociedade” só intervirá para estabelecer uma estrutura geral e definir diretrizes ou quando as decisões a serem tomadas excederem a competência das empresas envolvidas. Tudo isso é perfeitamente “ortodoxo”, mas há um problema quando o autor nos diz que “as organizações produtivas poderão se organizar como quiserem: cooperando ou competindo, “de forma leal e sem qualquer relação de dominação”. Acho difícil imaginar um sistema econômico no qual as empresas possam cooperar ou competir. Também acho difícil imaginar um sistema em que as empresas possam competir “de forma justa”, em que “competição e cooperação estejam interligadas”.

Proudhon disse: “A concorrência é a força vital que anima o ser coletivo: destruí-la, se tal suposição pudesse ser feita, seria matar a sociedade”. Mas ele especifica o seguinte: “A concorrência, deixada a si mesma e privada da orientação de um princípio superior e eficiente, não passa de um movimento vago, uma oscilação sem objetivo do poder industrial, eternamente jogada entre esses dois extremos igualmente fatais.” (*Sistema de contradições econômicas*) Antonini, portanto, parece-nos estar em perfeita ortodoxia proudhoniana, o que não quer dizer que estejamos obrigados a seguir Proudhon nessa questão. O perigo é que, assim que a concorrência controlada é introduzida, ela rapidamente se torna incontrolável.

Vamos deixar a produção e passar para a distribuição. Produtores associados ou individuais são livres para escolher como seus produtos são distribuídos, “em outras palavras, como os usuários acessam seus produtos”.

Em uma economia libertária, os métodos mais sociais de distribuição serão promovidos. O objetivo de Antonini é alcançar uma sociedade capaz de “gerar apoio livre e generalizado ao trabalho livre e voluntário”, o que eliminaria os custos materiais e permitiria que os produtos fossem fornecidos gratuitamente. Mas até chegarmos lá, os “produtores organizados” terão que “optar por formas mais econômicas de distribuição” para que possam “recuperar os custos de produção”.

Isso é um pouco como a “prise au tas” de Kropotkin. Mas mesmo que o trabalho fosse livre e voluntário (o que implica que as pessoas tivessem livre acesso aos produtos de que precisavam para subsistir), esse trabalho é muitas vezes feito com máquinas e produtos extraídos do solo, sejam eles vegetais ou minerais, que necessariamente envolvem custos de produção.

Há ainda alguns capítulos sobre a questão dos preços, do dinheiro e das trocas com as economias de dominação. Esse último capítulo revela a intenção do autor em seu pequeno livro. Se a sociedade libertária quiser se estabelecer da forma mais ampla possível, ela terá de decidir se manterá relações com “partes do mundo ainda não libertárias”.

Esse capítulo ignora o fato de que as chamadas “economias de dominação” provavelmente não estarão preparadas para estabelecer relações com uma sociedade libertária ou em transição para o socialismo libertário; pelo contrário, elas provavelmente serão hostis a isso e lutarão contra esse projeto de emancipação.

Em resumo, as condições das trocas que serão estabelecidas deverão respeitar um certo número de critérios sociais e éticos. De fato, a brochura “Por uma economia libertária” lança as bases para a reflexão sobre a determinação de um verdadeiro programa de transição. Antonini nos mostra em várias ocasiões que as propostas que ele faz já estão sendo aplicadas no sistema atual, mesmo que de forma atenuada.

Por exemplo, quando o autor diz que, em uma sociedade libertária, a “propriedade de autogestão das empresas” não pode ser trocada em um mercado, ele ressalta que já hoje os títulos de propriedade das cooperativas não são livremente negociáveis. Falando de crédito, ele ressalta que o financiamento participativo está em alta e que a economia libertária manteria esses métodos. Com relação à remuneração do dinheiro, ele nos informa que a ausência ou quase ausência de remuneração do dinheiro já existe em grande escala – onde encontramos Proudhon mais uma vez. Mas aqui Antonini se encontra em contradição com o que disse sobre a revalorização do poder de compra da poupança...

Antonini explica sua abordagem quase no final de seu texto, em uma passagem que me parece ser a mais interessante do livro:

“A economia libertária não é uma criação ex-nihilo. As sementes da economia e da sociedade libertárias podem ser encontradas inteiramente na economia e na sociedade de hoje. Não há necessidade de pensar em nada rebuscado: quase tudo já está lá, na realidade e em potencial. Quase tudo está aberto ao escrutínio e ao desenvolvimento.” (p. 58)

Não há dúvida de que essa afirmação será um choque para alguns dos libertários mais radicais (ou dogmáticos). Entretanto, ela é perfeitamente consistente com a história europeia e levanta a questão da transição do regime capitalista para uma sociedade livre de exploração. Ao contrário da crença popular, pensadores como Proudhon, Bakunin e Cornelissen disseram a mesma coisa: não se pode simplesmente acenar com uma varinha mágica e passar de um regime para outro. Bakunin diz simplesmente que essa transição não deve ocorrer sob o domínio do Estado.¹

* * * * *

Há alguns anos, no final de um congresso da Fédération Anarchiste, alguns camaradas decidiram se reunir para discutir a elaboração do que foi chamado de “Programa Mínimo Básico”, ou “BMP”. Infelizmente, a ideia fracassou rapidamente, apesar de um início muito promissor. Na raiz dessa iniciativa estava a observação de que a propaganda anarquista parte de uma visão (nem sempre muito clara) do objetivo (maximalista) a ser alcançado, sem qualquer menção ao processo para alcançá-lo, o que, na prática, negava qualquer credibilidade ao discurso anarquista. Entretanto, houve pelo menos um precedente para um “programa de transição”, o da CGT-SR nas décadas de 20 e 30.

1 Consulte “Esquisse d’une réflexion sur la période de transition” (Esboço de uma reflexão sobre o ‘período de transição’), <https://monde-nouveau.net/spip.php?article324>

Talvez a brochura de Antonini pudesse servir como ponto de partida para retomar o projeto.

René Berthier

26-10-2022

1